

# Estudo Técnico Preliminar - 47/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.033460/2022-79

## 2. Informações Básicas Iniciais

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 e em atendimento ao § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, informamos que o presente Estudo Técnico Preliminar é parte integrante do Processo Administrativo nº 23066.033460/2022-79 e ficará disponível aos interessados para consulta, assegurando-se assim o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

Do mesmo modo, todo o procedimento licitatório será público, privilegiando-se a transparência e a publicidade, vez que não há necessidade de nenhum documento que compõe o processo ser sigiloso.

## 3. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar visa materializar os conteúdos necessários à viabilização da seleção e contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de locação de purificadores de água e bebedouro, incluindo a instalação e remoção dos equipamentos, redistribuição, manutenção corretiva e preventiva, troca de peças, componentes e acessórios, materiais utilizados na higienização interna, além do material necessário ao regular funcionamento para atender as necessidades de consumo de água potável das Unidades / Órgãos da Universidade Federal da Bahia.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto ou das atividades descritas no art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

Com base no documento que formalizou a demanda, cujo setor requisitante é a Coordenação de Gestão Administrativa – CGA, a Equipe de Planejamento da Contratação, vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), através da demanda informada pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas, elaborou este Estudo Técnico, conforme às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME.

As normas que disciplinam o presente processo licitatório, encontram-se estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual a UFBA (autarquia federal) está subordinada.

Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º e Art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993:

*Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*

*Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:*

(...)

*II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;*

A contratação pretendida enquadra-se como atividade específica não finalística, será realizado por execução indireta e atendido por pessoa jurídica de direito privado que tenha experiência na prestação do serviço. Além disso, caracteriza-se como atividade material acessória, instrumental e/ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal da UFBA, necessária, em especial, ao cumprimento de seus compromissos assistenciais e sociais.

A execução do serviço em tela e o quantitativo estabelecido atenderão às necessidades da comunidade universitária, mediante adequado direcionamento e apropriada distribuição dos meios de aquisição de água potável, de forma a garantir a qualidade da água ofertada nas suas dependências.

Os equipamentos deverão estar em perfeito estado, conservados e possuir, no mínimo, as características descritas no Termo de Referência.

A locação de purificadores e bebedouros mostra-se de grande vantagem para a Administração, já que a contratada é responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção preventiva e corretiva e eventuais substituições dos equipamentos.

A duração inicial da contratação é de 12 (doze) meses.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Gestão Administrativa – CGA através da demanda informada pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas.	RODRIGO DIEGO FERREIRA SARACENO

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

É um serviço de natureza continuada, já que as atividades acadêmicas, bem como o fluxo de pessoa nos Campi de Salvador se dá de maneira constante e perene, sendo desta forma indispensável a prestação do serviço de forma ininterrupta;

A duração desta contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com base no artigo 57, IV, da Lei 8.666, de 1993.

A empresa a ser contratada deverá comprovar aptidão desta atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto, mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A execução dos serviços deverá obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/1993, na Instrução Normativa nº 05 /2017 SEGES/MP e demais legislações pertinentes.

Ademais, a empresa interessada deverá atender a todos os normativos legais vinculados aos serviços e também declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

#### 6. Levantamento de Mercado

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do e do Decreto 10.024, de 2019.

Tendo em vista que a licitação será publicamente realizada, haverá a possibilidade de ampla participação de empresas especializadas em âmbito nacional.

Assim, com base nos requisitos definidos, foi feito levantamento para identificar as soluções existentes no mercado que atendam as condições estabelecidas, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com a possibilidade de apuração de preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, tendo sido identificado que o mercado tem a amplitude necessária para que a contratação seja plenamente realizada, mediante pregão eletrônico tradicional.

Em justificativa à escolha que melhor atende à demanda desta Instituição, considera-se que a contratação por lote único com dois itens é a mais viável.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

No que se refere à fiscalização desses tipos de contratos, observar-se-á uma consequente simplificação substantiva de procedimentos, pois não há que se falar em responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelo pagamento de verbas trabalhistas em caso de inadimplemento pela empresa prestadora de serviços terceirizados, ficando a fiscalização restrita ao cumprimento das obrigações relacionadas diretamente à prestação dos serviços.

Assim, a contratação desses serviços não traz para a Administração Pública a necessidade de fiscalização dos encargos trabalhistas e previdenciários, bem como o risco de assunção da responsabilidade subsidiária pelo inadimplemento dessas obrigações pelas contratadas. Sendo, portanto, a solução comumente utilizada quando se deseja atingir os mesmos objetivos, diante das mesmas condições.

## **7. Descrição da solução como um todo**

A descrição da solução como um todo abrange a prestação dos serviços de natureza continuada de serviços de locação de purificadores de água e de bebedouro industrial de inox com 04 (quatro) torneiras, incluindo a instalação e remoção dos equipamentos, redistribuição, manutenção corretiva e preventiva, troca de peças, componentes e acessórios, materiais utilizados na higienização interna, além do material necessário ao regular funcionamento para atender as necessidades das Unidades / Órgãos da Universidade Federal da Bahia.

O serviço será contratado de forma ampla e completa, produto, instalação, redistribuição e respectivas manutenções, não se tratando de serviços distintos, mas sim de um conjunto de custos para prestação de um único serviço, cuja finalidade e resultado final é o fornecimento de água potável para consumo das pessoas que frequentam e transitam na universidade.

Portanto, o pagamento será realizado por resultado, ou seja, pelo serviço efetivamente prestado, o que corresponderá ao valor unitário de purificadores e bebedouros instalados, em conformidade com os termos do item 2.6, alínea d.1, do anexo V da IN nº 05/2017 da SLTI/MPOG, característica intrínseca à prestação de serviços.

O valor será pago de acordo com a quantidade instalada, podendo haver acréscimo ou supressão, a depender da necessidade da comunidade universitária, dentro do previsto e respeitando as quantidades máximas e mínimas exigidas, não havendo, portanto, qualquer prejuízo para a Administração na adoção dessa metodologia.

A contratação pretendida tem caráter continuado e essencial. Será realizada por meio de pregão eletrônico (Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019) com regime de execução de Empreitada por Preço Global, com lote único com dois itens, para escolha de pessoa jurídica para prestação dos serviços de natureza continuada.

A demanda é estimada e serviço será prestado durante todo o ano (12 meses), podendo o contrato ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

Os equipamentos deverão estar em perfeito estado, conservado, e possuir, no mínimo, as seguintes características:

#### **- Purificador de Água:**

Fornecimento de água gelada, natural e mista; possuir sistema de filtragem eficiente capaz de melhorar a qualidade da água previamente tratada (água da rede hidráulica), com a retenção de impurezas sólidas, de coliformes totais e fecais, de bactérias patogênicas, bem como, do odor e sabor de claro, reduzindo a turbidez e substâncias químicas e orgânicas; fornecer água para consumo com vazão mínima de 1,0 litro por minuto; estar preparado para operar na tensão elétrica 127 ou 220 Volts – 60 Hz; possibilitar o posicionamento em bancada ou em parede; possuir sistema de abastecimento através de bica móvel, articulável ou telescópica ou bandeja removível, que facilite e permita o enchimento de recipientes apropriados para a coleta e consumo de água (copos, jarras e/ou garrafas), bem como bandeja ou cuba coletora para escoamento removível; atender às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quanto aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança (Norma ABNT NBR 16.098/2012, NBR 16.236/2013 e as Portarias do INMETRO, nº 93/2007, nº 112/2010, nº 344/2014 e nº 394/2014), no que couber; quanto a retenção de partículas, o aparelho deve possuir classificação correspondente a Classe A, com tamanho de partícula ( $\mu\text{m}$ )  $0,5 < 1$  micrômetro e deve reduzir o número de partículas em pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento), no ensaio para verificação da eficiência de retenção de partículas, conforme as Portarias nº 344/2014 e nº 394/2014 do Inmetro; quanto à redução do cloro livre, o aparelho deverá ter eficiência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) no ensaio para verificação de eficiência de redução de cloro livre, conforme as Portarias nº 344/2014 e nº 394/2014 do Inmetro; quanto à eficiência bacteriológica, o aparelho deverá atender ao requisito da Tabela C.2 da Portaria nº 394/2014 do Inmetro, sendo o Contaminante: *Escherichia coli* – ATCC 11229; concentração inicial em UFC/100 ml de água – Mínimo,  $1 \times 10^5$  e Máximo,  $9 \times 10^6$ , e, Resultado: redução mínima de 2

logs, no ensaio para verificação de eficiência bacteriológica, devendo ter resultado satisfatório nas condições inicial e de 95% (noventa e cinco por cento) da vida útil declarada para eficiência bacteriológica; ligação direta à rede hidráulica; purificar a água através de sistema que contenha filtro de carvão ativado e membrana com eficiência contra bactérias (seja por retenção, eliminação e/ou inibição de seus efeitos nocivos) ou sistema equivalente que garanta a qualidade de purificação; serem, todos os equipamentos, fornecidos na cor padrão branco ou cinza (prata) e deve haver garantia de funcionamento ininterrupto; exceto por motivo de força maior, como por exemplo: falta de energia e/ou corte no fornecimento de água.

#### **- Bebedouro industrial de inox com 04 torneiras:**

Deverão estar em perfeito estado, conservado; fornecimento de água gelada e natural; reservatório de armazenamento de 200 litros de água; gabinete estrutural em aço inox 430; pés reguláveis, 04 (quatro) torneiras em latão cromado; serpentina interna em aço inox 304; possuir termostato interno com regulagem fixa de 4° a 11° graus, reservatório interno em polietileno atóxico, com boia para regulagem do nível da água; isolamento em EPS, retendo a temperatura; gás refrigerante R134A ; retenção de resíduos, impurezas, cloro e elimina odores; Quanto à retenção de partículas, o aparelho deve possuir classificação correspondente a Classe A, com Tamanho de partícula (µm): 0,5 a < 1 micrômetro e deve reduzir o número de partículas em pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento), no ensaio para verificação da eficiência de retenção de partículas, conforme as Portarias nº 344/2014 e nº 394/2014 do Inmetro; Quanto à redução de cloro livre, o aparelho deverá ter eficiência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) no ensaio para verificação de eficiência de redução de cloro livre, conforme as Portarias nº 344/2014 e nº 394/2014 do Inmetro; Quanto à eficiência bacteriológica, o aparelho deverá atender ao requisito da Tabela C.2 da Portaria nº 394/2014 do Inmetro, sendo o Contaminante: Escherichia coli - ATCC 11229; Concentração inicial em UFC/100 ml de água - Mínimo, 1x10<sup>5</sup> e Máximo, 9x10<sup>6</sup>; e, Resultado: Redução mínima de 2 logs, no ensaio para verificação de eficiência bacteriológica. Devendo ter resultado satisfatório nas condições inicial e de 95% (noventa e cinco por cento) da vida útil declarada para eficiência bacteriológica; Atender às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quanto aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança (Norma ABNT NBR 16.098/2012, NBR 16.236/2013 e as Portarias do INMETRO nº 93/2007, nº 112/ 2010, nº 344/2014 e nº 394/2014), no que couber; ligação direta à rede hidráulica; estar preparado para operar na tensão elétrica 127 ou 220 Volts – 60 Hz; deve haver garantia de funcionamento ininterrupto; exceto por motivo de força maior, como por exemplo: falta de energia e/ou corte no fornecimento de água.

#### **DA INSTALAÇÃO DO OBJETO**

Os endereços de instalação serão indicados pela Contratante conforme listagem constante no Apêndice deste Termo de Referência.

Os 50% dos equipamentos deverão ser instalados no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, com agendamento prévio, no horário das 08:00 às 17:00 horas em dias úteis da semana. Os demais equipamentos serão solicitados mediante demanda no prazo máximo de 72h a contar da exposição da ordem de serviço.

Os serviços deverão ser executados de modo que não interrompam ou prejudiquem o andamento dos trabalhos na Unidade/Órgão;

Ao término de cada etapa dos serviços, a Contratada deverá manter o local limpo e desimpedido.

A Contratada responsabiliza-se pela eventual remoção e instalação dos equipamentos quando houver a necessidade de alteração de local de utilização, correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes, inclusive transporte.

A CONTRATADA deverá fornecer suportes para os equipamentos caso forem fixados em parede, devido à impossibilidade de fixar o equipamento na pedra que reveste a parede (alvenaria com revestimento em pedra à meia altura);

O fornecimento e instalação dos equipamentos, incluído prévia orientação técnica para preparação dos pontos de instalação (partes hidráulica e elétrica), que deverão ser providenciados pela UFBA.

#### DA GARANTIA PERMANENTE DE ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO CORRETIVA

A CONTRATADA deverá oferecer garantia permanente de atendimento aos equipamentos durante toda a vigência do contrato, mantendo as características técnicas e operacionais;

A Contratada será responsável pelas manutenções corretivas nos equipamentos locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos;

Manutenção corretiva, assistência técnica permanente e integral durante toda a vigência do contrato, com fornecimento e substituição de peças e acessórios na quantidade, qualidade e especificações necessárias para o perfeito funcionamento dos equipamentos, com atendimento à solicitação da Unidade/Órgão em até 48 (quarenta e oito) horas.

Substituição imediata do equipamento, por outro equipamento equivalente ou de características superiores, quando for constatado defeito intermitente ou outro problema que a assistência técnica não conseguir resolver em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas.

A manutenção corretiva atenderá aos chamados técnicos em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após o registro, de forma que não haja interrupção do fornecimento de água;

O conserto dos equipamentos deverá ser realizado no próprio local. Não sendo possível, o equipamento deverá ser retirado e imediatamente substituído por outro de qualidade igual ou superior que tenha condições mínimas de prestar os mesmos serviços do equipamento danificado.

## DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A manutenção preventiva deverá ser realizada a cada 06 (seis) meses, com visita de técnico responsável, compreendendo:

- Higienização dos equipamentos de acordo com a necessidade da Contratante, em função do fluxo de água e saturação dos elementos filtrantes, conforme recomendação do fabricante e normas;
- Troca do refil do elemento filtrante (filtro), pré-filtro, e se necessário, das torneiras, conexões, niples e das mangueiras internas, bem como a limpeza interna dos equipamentos, nas mesmas especificações dos purificadores como exigência de classe A;
- Todos os equipamentos deverão manter afixados de forma visível etiqueta constando data da realização e da próxima manutenção a ser efetuada.

Cabe à Contratada a conservação dos equipamentos devendo reparar ou substituir, por sua conta, as partes e peças afetadas pelo desgaste natural;

A Contratada deverá disponibilizar purificadores em perfeito estado, conservados e atualizados conforme o mercado, quando da instalação dos mesmos nas dependências da Contratante, substituindo-os quando ultrapassados ou obsoletos, com total garantia.

Remoção dos equipamentos quando do vencimento do contrato.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo a ser empregado para o serviço descrito é estimado e foi considerado após levantamento das necessidades junto as unidades e os órgãos da Universidade.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT
1	00440-5	Purificador de água	308
2		Bebedouro industrial de inox com 04 torneiras	01

Tais quantidades são apenas estimativas e não poderão ser exigidas nem consideradas como parâmetro para pagamento mínimo e poderão sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização à Contratada. Para o pagamento será considerada a quantidade de purificadores instalados.



Durante a execução do contrato, fica a critério da administração central da UFBA alterar a quantidade de purificadores de água instalados, desde que não ultrapasse o valor global anual estimado do contrato, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 399.658,92

A alínea “f”, do art. 6º, da Lei nº 8.666/1993 estabelece a necessidade de “orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados”, a ser considerado na elaboração de projeto básico ou termo de referência.

A Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, no art. 7º, inciso VI, estabelece que os Estudos Técnicos Preliminares devem conter obrigatoriamente as estimativas do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais.

Para a presente estimativa de preços foram ainda obedecidos os parâmetros constantes na Instrução Normativa nº 73/2020 SEGES/ME, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Para compor a cesta de preços utilizada para estimar o valor unitário, o valor mensal e o valor anual foram utilizados os seguintes parâmetros:

Os parâmetros utilizados para a pesquisa foram Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), considerando aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

Em consonância com o entendimento do TCU (Acórdão nº 713/2019 - Plenário), também foi considerado o valor do contrato vigente, corrigido pelo IGPM, na própria Instituição:

Prioritariamente, foram consultados os preços através do sítio “painel de preços”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da IN 73/2020 (pesquisa de compras públicas do Governo Federal – painel de preços e pesquisa em contratações públicas similares).

Na ausência de informação neste meio foi utilizada a pesquisa direta com fornecedores (art. 5º, inciso IV da IN SEGES/ME nº 73/2020), uma vez que a pesquisa através dos sítios eletrônicos especializados ou de amplo domínio (Inc. III do art. 5º da IN 73/2020) não foi possível por se tratar de um serviço mais específico que associa a locação dos produtos com prestação de serviço.

Ressalta-se que as consultas foram feitas de modo formal, por e-mail, com o Termo de Cotação em anexo. Atendendo ao art. 5º, § 2º, inciso III, da IN SEGES/ME nº 73/2020, encontra-se, nos autos deste processo licitatório, o registro dos e-mails enviados aos fornecedores e respectivos recebimentos.

E por fim, foi considerado o preço do contrato atual vigente, corrigido pelo IGPM.

Em face de todas as considerações postas acima, decidiu-se por utilizar cinco proposta de preços para o item 01, sendo uma proposta do banco de preços, três propostas de fornecedores e o preço do contrato vigente corrigido pelo IGPM e para o item 02 os preços ofertados nas propostas enviadas pelos fornecedores para estimar o preço referencial de mercado, cuja descrição e comparativo constam da Análise Crítica da Estimativa de Preços Referenciais, constante nos autos deste processo licitatório.

Dessa forma, em consonância com o disposto no art. 6º, da IN SEGES/ME nº 73/2020, optou-se por utilizar, para calcular o preço unitário de referência para o item 01, a mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, e para o item 02 a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços. metodologias expressamente previstas no citado normativo.

Assim, após avaliação dos preços coletados, utilização de parâmetro apropriado e realizada a análise crítica, em atendimento à legislação, o valor unitário estimado do item 01 é de R\$ 107,03(cento e sete reais e três centavos), o valor mensal estimado é de R\$ R\$32.965,24 (trinta e dois mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) e o valor anual estimado da contratação é de R\$395.582,88 (trezentos e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos). O Valor unitário estimado para o item 02 é de R\$339,67 (trezentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), o valor mensal estimado é de R\$339,67 (trezentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos) e o valor anual estimado da contratação é de R\$4.076,04 (quatro mil, setenta e seis reais e quatro centavos), conforme tabela detalhada abaixo:

LOTE 01						
Item Catser 0440- 5	Descrição	Und. de Medida	Quant.	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
			(A)	(B)	(C=A x B)	(D = C x 12)
1	Purificador de água	Unid.	308	R\$ 107,03	R\$32.965,24	R\$395.582,88

2	Bebedouro horizontal com 04 torneiras	Unid.	1	R\$ 339,67	R\$ 339,67	R\$4.076,04
<b>TOTAL ESTIMADO DO LOTE ÚNICO</b>			<b>309</b>		<b>-</b>	<b>R\$ 399.658,92</b>

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como justificativa para a contratação, observa-se que, para atendimento da necessidade, foi constituído LOTE/GRUPO ÚNICO, subdividido em dois itens, no período de 12 (doze) meses, com um valor global estimado.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No entanto, a contratação em tela, vislumbra um único serviço, que será ofertado à demanda integral da UFBA sem quaisquer diferenças entre si, de forma que a contratação em LOTE/GRUPO ÚNICO não descarta a competitividade nem o aproveitamento do mercado. Dessa forma, não é viável e produtora para a Administração Pública o parcelamento do objeto a ser contratado.

A presente contratação não se trata de mais de um serviço ou bens distintos, mas sim de um único serviço, sendo que para a produção deste resultado há custos envolvidos, que não necessariamente serão considerados como serviços e/ou bens distintos. Neste sentido, do ponto de vista de gestão e da execução do serviço, identifica-se que a disponibilização em um único grupo provê mais eficiência na efetividade da execução, uma vez que as funcionalidades dos serviços estão interconectadas e são interdependentes (locação, instalação, manutenção, readequação de purificadores de água).

Considerando o fato de que um único lote pode parecer frustração do caráter competitivo da licitação, esta Administração esclarece e justifica suas razões para promover a adjudicação em lote/grupo único:

- a) O lote/grupo único se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado;

- b) O não parcelamento da solução em lotes dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;
- c) A justificativa para amparar o não parcelamento do objeto, apesar de tratar-se de serviços contínuos de baixa complexidade técnica, possui subsídio por ser evidente a perda da economia de escala e a divisão do objeto não será técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU). Doutro modo, o não parcelamento do objeto promoverá um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade;
- d) Quanto à eficiência do serviço a ser prestado, cumpre informar que a divisão em lotes poderia provocar prejuízos à gestão do serviço, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e também da fiscalização técnica e administrativa do serviço;
- e) Foi escolhido o LOTE/GRUPO ÚNICO de maneira a tornar a contratação tecnicamente e economicamente viável.
- f) Conforme orientação do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1214/2013-Plenário: “deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, coopeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”.

A prestação dos serviços ocorrerá apenas na cidade de Salvador/BA e se dividido o objeto pretendido em itens ou lotes, indicaria a evidente perda da economia de escala, restando demonstrado que o parcelamento da solução não favoreceria a redução de preços e não atenderia a economicidade e a eficiência daquilo que será contratado. Não haveria, portanto, em tese, uma contratação menos onerosa para a Administração em face da divisão do objeto.

O agrupamento proposto em um único lote, visa atingir economicidade na contratação, tendo em vista que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à aquisição ou contratação segmentada. Busca-se oferecer o menor preço global associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas do Edital.

Restando evidente a pertinência do não parcelamento da solução, tendo em vista que a contratação pretendida busca lidar com um único fornecedor para a prestação dos serviços, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa desta Instituição, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos (Acórdão 861/2013-Plenário do TCU).

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Esta contratação irá substituir o Contrato Administrativo nº 57/2018, oriundo do Pregão Eletrônico nº 29/2018, Processo Administrativo nº 23066.058189/2017-17, com vigência até o dia 03 de agosto de 2022.

Ressalta-se que não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Doutro modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Tomou-se como parâmetro para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, os contratos executados anteriormente por empresas vencedoras de processos licitatórios realizados pela UFBA, em especial, a contratação do mesmo serviço que tem vigência até 03 de agosto do ano corrente, firmada através do Contrato Administrativo nº 57/2018, oriundo do Pregão Eletrônico nº 29/2018, Processo Administrativo nº 23066.058189/2017-17.

Destarte, a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, ora em voga, alinha-se com o Plano Estratégico da UFBA estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, cujo documento orienta suas políticas e práticas de gestão e autogestão.

A contratação dos serviços prestados de locação de purificadores de água e bebedouro incluindo a instalação e remoção dos equipamentos, redistribuição, manutenção corretiva e preventiva, troca de peças, componentes e acessórios, materiais utilizados na higienização interna, além do material necessário ao regular funcionamento para atender as necessidades das Unidades / Órgãos da Universidade Federal da Bahia e o quantitativo estabelecido atenderão às necessidades da comunidade universitária, mediante complementação, adequado direcionamento e apropriada distribuição dos meios de aquisição de água potável, de forma a garantir a melhoria da qualidade da água ofertada nas suas dependências.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Pretende-se, como resultado da contratação a manutenção do fornecimento de água potável e filtrada às dependências da universidade.

## **14. Providências a serem Adotadas**

O ambiente da Universidade já está adequado para que o serviço pretendido seja prestado de forma satisfatória, sendo necessário portanto o alinhamento dos instrumentos de planejamento da nova contratação, nos prazos internamente pactuados, para que não haja interrupção do serviço.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Para promover uma contratação pública sustentável, em respeito ao consumo e ao incentivo à implementação de políticas de responsabilidade socioambiental, a presente licitação pública contribuirá na realização de uma prestação de serviços que busque instruir e exigir da contratada o atendimento às exigências sopesadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS (DECOR/CGU/AGU) 4ª edição, revista, atualizada, ampliada, Agosto de 2021 (fonte: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>, acesso em 18/05/2022).

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços tais como:

Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;

Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara, consoante determina o inciso XIII, do art. 7º, da IN nº 40/2020 SEGES/ME, que a contratação pretendida é viável, conforme demonstram os presentes estudos técnicos preliminares, os quais evidenciaram que a contratação da solução, ou seja, pessoa jurídica para prestação dos serviços de natureza continuada de locação de purificadores de água e bebedouros incluindo a instalação e remoção dos equipamentos, redistribuição, manutenção corretiva e preventiva, troca de peças, componentes e acessórios, materiais utilizados na higienização interna, além do material necessário ao regular funcionamento para atender as necessidades das Unidades / Órgãos da Universidade Federal da Bahia e é importante para atender o fornecimento de água com segurança microbiológica e ideal para o consumo humano nas dependências a universidade.

## 17. Responsáveis

MÁRCIO FONTES AZEVEDO

Assistente Administrativo

LAIS GABRIELLE OLIVEIRA JESUS

Assistente em administração



Emitido em 12/07/2022

**ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017) N° Estudos Técnicos Preliminares (digital)/2022 -  
PROAD/UFBA (12.01.81)  
(N° do Documento: 44)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado eletronicamente em 12/07/2022 12:17 )*

**LAIS GABRIELLE OLIVEIRA JESUS**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*CGA/PROAD (12.01.69)*

*Matrícula: 3106356*

*(Assinado eletronicamente em 13/07/2022 09:47 )*

**MARCIO FONTES AZEVEDO**

*CHEFE - TITULAR*

*NUCAD/CGA (12.01.69.03)*

*Matrícula: 1979134*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **44**, ano: **2022**, tipo: **ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017)**, data de emissão: **12/07/2022** e o código de verificação: **78e474c3ab**